

**PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO  
ENTRE A  
CÂMARA MUNICIPAL DE SESIMBRA  
E O  
INSTITUTO GEOGRÁFICO PORTUGUÊS**

Considerando que:

A informação geo-referenciada é um suporte imprescindível à realização das actividades de planeamento, ordenamento e gestão do território;

A Câmara Municipal de Sesimbra, doravante designada por CMSesimbra, carece de informação cadastral para as suas múltiplas actividades nomeadamente, no âmbito da gestão urbanística, planeamento de pormenor, gestão exploração de infra-estruturas urbanas;

O Instituto Geográfico Português, doravante designado por IGP, é o organismo responsável pela execução da política da informação geográfica;

É celebrado o presente protocolo de Cooperação entre o IGP, com sede na Rua da Artilharia Um, 107, em Lisboa, representado Arménio Castanheira, na qualidade de Presidente e a CMSesimbra, com sede na Rua da República, nº 3, Sesimbra, representada por Arqtº Augusto Pólvora, na qualidade de Presidente, o qual se regerá pelas seguintes cláusulas:

### Cláusula 1ª

#### Âmbito geográfico

A área geográfica de actuação da CMSesimbra integra as áreas das freguesias do Castelo, Santiago e Quinta do Conde.

### Cláusula 2ª

#### Objecto

O presente Protocolo tem por objecto definir e regular a cooperação a estabelecer entre a CMSesimbra e o IGP, no que respeita à **informatização dos elementos cadastrais gráficos resultantes das operações de cadastro geométrico da propriedade rústica do concelho de Sesimbra**. A informação produzida tem em vista a integração dos dados produzidos num sistema de informação que facilite as operações de actualização de cadastro e a sua utilização pelo município.

### Cláusula 3ª

#### Constituição de Grupo de Trabalho

O IGP e a CMSesimbra comprometem-se a criar um grupo de trabalho com técnicos das duas instituições, com vista a dar execução ao presente Protocolo.



#### **Cláusula 4ª**

#### **Acções e Responsabilidades**

De acordo com o objecto do presente Protocolo, ambas as partes signatárias acordam em promover e realizar as acções abaixo descritas:

##### **1. Obrigações do IGP**

- a) Disponibilizar à CMSesimbra as secções *rasterizadas* e georreferenciadas, no sistema Hayford-Gauss, Datum Lisboa, com origem das coordenadas no Ponto Central, referentes ao cadastro geométrico da propriedade rústica do Município de Sesimbra;
- b) Fornecer apoio técnico e formação aos técnicos da CMSesimbra;
- c) Fornecer à CMSesimbra o gráfico de ligação (plantas de enquadramento) das secções cadastrais;
- d) Verificar, por amostragem estatística, a informação resultante da digitalização dos elementos gráficos.

##### **2. Obrigações da CMSesimbra**

Fornecer ao IGP toda a informação referente ao Cadastro Geométrico da Propriedade Rústica em formato vectorial, do Município de Sesimbra, de acordo com as especificações técnicas e o catálogo de objectos do IGP.

### **3. Obrigações Comuns**

Quaisquer trabalhos que venham a ser realizados tendentes à produção, ou conservação de cadastro ou referenciação geográfica da propriedade serão reciprocamente cedidos, a título gratuito, entre as partes signatárias.

#### **Cláusula 5ª**

##### **Gratuidade de dados**

A transferência de informação cadastral referida na Cláusula 4ª - pontos 1 e 2, entre os outorgantes, efectuar-se-á gratuitamente.

#### **Cláusula 6ª**

##### **Direitos de Autor relativos aos dados fornecidos pelo IGP**

1. Os dados fornecidos pelo IGP encontram-se protegidos pelo disposto na lei portuguesa e internacional sobre direitos de autor e não podem nomeadamente ser utilizados para finalidades distintas, copiados, divulgados ou cedidos a terceiros, sob qualquer forma, a título oneroso ou gratuito, sem autorização expressa do IGP.
2. A utilização e divulgação externa dos dados, por qualquer meio ou sob qualquer forma, implicam ainda a menção expressa da sua proveniência e autoria.

### **Cláusula 7ª**

#### **Alteração ou revisão do Protocolo**

1. O presente Protocolo poderá ser objecto de alteração ou revisão em qualquer momento, mediante proposta formulada nesse sentido por qualquer das entidades signatárias.
2. Uma vez aceites e validadas, através de assinatura dos representantes legais das entidades signatárias, as propostas de alteração ou revisão são aditadas ao Protocolo, dele passando a fazer parte integrante.

### **Cláusula 8ª**

#### **Vigência**

O presente Protocolo vigorará pelo período de três anos, considerando-se sucessivamente renovado por iguais períodos se nenhuma das partes se pronunciar em contrário até três meses antes da data de termo.

### **Cláusula 9ª**

#### **Resolução**


1. A qualquer das entidades signatárias é conferido o direito à resolução do Protocolo caso se verifique ter havido da outra parte o incumprimento reiterado de uma ou mais obrigações nele expressas ou dele decorrentes.
2. Não serão considerados factores que determinem incumprimento, os que resultem de causas externas à vontade dos signatários.

**Cláusula 10<sup>a</sup>**  
**Interpretação**

1. As dúvidas suscitadas pela aplicação do presente Protocolo serão esclarecidas por comum acordo entre as entidades signatárias, segundo o princípio geral da interpretação mais favorável à prossecução do objecto expresso na Cláusula 2<sup>a</sup>.
2. O presente Protocolo merece a concordância de ambas as entidades signatárias e é assinado pelos respectivos representantes legais, em dois exemplares.

Sesimbra, 20 de Janeiro de 2006.

Pela CMSesimbra



Arqtº Augusto Pólvora

Pelo IGP



Arménio dos Santos Castanheira